

Antigo Oriente Próximo: Panorama Histórico¹

Mario Liverani²

Unidade e Diversidade

A história das civilizações do Antigo Oriente Próximo é muito longa; seu escopo temporal, do fim do quarto até o fim do primeiro milênio a. C., é igual ou mesmo maior do que o resto da história do colapso das culturas do Oriente Próximo até nosso próprio tempo. É correto usar o rótulo “a primeira metade da nossa história”. Nós podemos mesmo dizer “da nossa história”, porque esta longa trajetória é hoje considerada parte e mesmo a verdadeira fundação da nossa história “ocidental” – não com outras civilizações mais remotas, como na Índia, na China ou qualquer outro lugar.

As razões para a apropriação ocidental das culturas e da história do Antigo Oriente Próximo são especialmente importantes na época de seu redescobrimto. Estas incluem a ideologia e a prática colonialista do século XIX d.C., o interesse do mundo cristão em antiguidades bíblicas e o desinteresse islâmico em relação à herança pré-islâmica. Nas últimas décadas estas motivações desvaneceram-se, e elas não mais são primordiais para a comunidade acadêmica. Ainda assim conexões bíblicas continuam interessando audiências mais amplas, e portanto o interesse na história do Antigo Oriente Próximo é algo mais sério do que a mera curiosidade acerca de um passado remoto e estrangeiro.

Nossa civilização ocidental reconhece um papel privilegiado da civilização grega na geração dos valores fundamentais da liberdade, democracia, personalidade individual, empreendimento econômico, pensamento e ciência racionais e estética das artes visuais e poesia. Mas nossa dívida para com as civilizações do Antigo Oriente Próximo permanece importante em relação às fundações materiais da cultura (vida urbana, organização política, administração, escrita) e no campo da religião.

¹ Texto originalmente publicado com o título “*Historical Overview*”, capítulo do livro *A Companion to the Ancient Near East* da editora Blackwell, publicado em 2005. O texto foi traduzido para o português por Fábio Augusto Morales e Anita Fattori.

² Professor Emérito da Universidade La Sapienza de Roma.

Mas o Antigo Oriente Próximo é um objeto consistente (*unified subject*) para a pesquisa histórica? A área é caracterizada por uma notável diversidade nos ambientes naturais (montanhas e estepes, vales fluviais e interior mediterrânico), por diferentes povos e línguas (semitas, indo-eruopeus e outros), por vários modos de vida (de urbano a nômade) e modos de produção (de agricultura e pastoreio a artesanato especializado e complexas transações financeiras), por diferentes e complicados sistemas de escrita, por diversidade social no acesso a recursos, comunicação e tomada de decisões – de modo que um tratamento unitário pode parecer injustificado. Não obstante, quando comparado com outros centros de civilização (incluindo os centros contíguos do Egito, o vale do Indo, a bacia do Egeu e a Ásia Central), e especialmente quando contrastado com a periferia entre os centros de grandes civilizações, o Antigo Oriente Próximo parece compacto o suficiente para permitir um tratamento unificado devido à sua intensa fertilização recíproca. Mas tal tratamento não deve negligenciar as características específicas das subunidades regionais da Baixa Mesopotâmia, Alta Mesopotâmia, Levante (áreas que margeiam o Mediterrâneo Oriental), Anatólia (Turquia moderna) e o sudoeste do Irã.

A história da região, ao menos o que pode ser reconstituído a partir dos registros escritos e arqueológicos, segue uma trajetória que é diversa nos detalhes mas unitária nas suas características principais. A relevância dos fatores ambientais, a introdução de aperfeiçoamentos tecnológicos e o desenvolvimento sócioeconômico podem ser observados com padrões similares por toda a área. Restrições ambientais, produção meticulosa de comida, dificuldade de acesso a recursos básicos, e consequentes baixos níveis de crescimento demográfico – todos estes fatores contribuíram para o baixo desenvolvimento das civilizações do Antigo Oriente Próximo. Nós estamos acostumados a apreciar as grandes cidades e os monumentais templos e palácios, as elegantes composições artísticas e literárias, as grandes comunidades políticas e “impérios” como resultados óbvios de altos graus de civilização. Nós não devemos nos esquecer, entretanto, que tais conquistas foram o resultado do trabalho meticuloso e da alocação forçada dos limitados recursos então disponíveis, e que as crises periódicas não foram acidentes mas sim características estruturais do sistema.

De fato, a história antiga do Oriente Próximo pode ser resumida como uma sequência cíclica de crescimento e colapso, uma sequência que é visível também na preservação do registro documental. Os períodos de maior desenvolvimento – com florescentes comunidades políticas, grandes cidades, importantes monumentos, extensos arquivos e rebuscado artesanato – são separados por “Idades das Trevas” de localismo e fragmentação. Nós temos de considerar que as ascensões e quedas são em sua maioria pertinentes às classes altas, às estruturas políticas e à complexa economia urbana, enquanto que o campesinato comum nas aldeias rurais e unidades pastoris continuavam sua luta básica pela sobrevivência. As ascensões e quedas são resultados de um diferente equilíbrio entre duas estratégias opostas de desenvolvimento e de sobrevivência, tipicamente localizadas no palácio real e na aldeia, e levadas a cabo pela elite política e pela comunidade local. A estratégia de desenvolvimento requeria uma espoliação (*leaching*) de recursos das comunidades locais em detrimento das estratégias locais de sobrevivência, e desse modo poderiam ser realizada somente durante períodos limitados, em áreas específicas, e sob circunstâncias específicas que permitissem às elites políticas impor sua vontade, através de exercício do poder e de ideologias compartilhadas.

Não obstante estas restrições, nós vemos uma tendência de longa duração no sentido da ampliação na escala das unidades políticas, do aperfeiçoamento de tecnologias de produção (e também de destruição), da ampliação dos horizontes geográficos, e também do papel crescente das personalidades individuais. Entretanto, a mais objetiva e concreta procuração para a expansão, a saber, o desenvolvimento demográfico, parece ter permanecido mais sujeito a flutuações recorrentes do que a uma tendência positiva.

A Revolução Urbana, c. 3500-2800 a.C.

O início da trajetória histórica é marcado por um fenômeno de tremenda relevância, atualmente considerado a marca da passagem da Pré-História para a História no sentido próprio. O fenômeno por ser rotulado de várias maneiras. Nós podemos usar o rótulo “revolução urbana”, se nós queremos destacar as formas demográficas ou de assentamento, ou “Primeira Urbanização” se nós

queremos tomar em consideração os ciclos subsequentes de urbanização. Nós podemos falar em origem do estado ou estado primitivo, se nós preferirmos destacar os aspectos políticos. Nós podemos também enfatizar o início de uma marcada estratificação sócioeconômica, ou de trabalhos especializados, se nós quisermos destacar o modo de produção. Nós podemos também usar o termo “origem da complexidade”, se nós tentarmos subsumir todos os vários aspectos sob um conceito unificador. A origem da escrita tem sido também considerada a marca do início da história propriamente dita (*true and proper history*), devido à antiquada ideia de que não há história antes da disponibilidade de fontes escritas. Mas hoje, quando tal ideal é considerada simplista ou equivocada, nós ainda podemos considerar a escrita a culminação mais evidente e simbólica de todo o processo.

A “revolução” teve lugar na Baixa Mesopotâmia, atualmente Iraque meridional, e foi o resultado de particulares aperfeiçoamentos tecnológicos e estratégias sociopolíticas. A produção agrícola de trigo passou por um notável crescimento (possivelmente dez vezes maior), graças à construção de reservatórios hídricos e canais de irrigação, de longos campos adjacentes aos canais e irrigados por eles, e graças ao uso do arado, da tração animal, de carroças, de debulhadoras, de foices de argila e de instalações de estocagem aperfeiçoadas. A revolução agrícola não poderia ter tido lugar sem a atividade gerencial de agências centrais, os templos, que eram capazes de superar as estratégias puramente locais de sobrevivência levadas a cabo pelas aldeias rurais. Os aperfeiçoamentos tecnológicos sozinhos, entretanto, não poderiam gerar nenhuma “revolução” se os produtores de comida tivessem devotado o excedente inteiro ao seu consumo. O papel da agência central foi decisivo em redirecionar a maioria do excedente para uso social: tanto para financiar estruturas comuns (redes de irrigação, construção de templos, muralhas defensivas), quanto para a manutenção dos ofícios especializados e da elite sociopolítica. A economia “redistributiva” do estado primitivo, centrada nos templos, não era baseado na taxaço, isto é, a extração de uma parte do produto das famílias dos produtores ou comunidade locais, mas basicamente do trabalho forçado ou corvéia imposto às comunidades locais para o trabalho nas terras do templo. Deste modo, a agência central, proprietárias das terras melhor irrigadas, poderia transferir para as comunidades locais a maioria dos custos

sociais, pagando somente as rações para os trabalhadores mas não para suas famílias, em períodos limitados de colheita ou outras operações concentradas sazonalmente. O resultado dos aperfeiçoamentos tecnológicos foi uma razão semeadura: safra de cerca de 1:25, em comparação a 1:5 fora dos vales dos rios. O resultado do gerenciamento central foi que somente $\frac{1}{3}$ da colheita cobria os gastos de semeadura para o próximo ano e de rações para trabalhadores e animais, e $\frac{2}{3}$ ia para a agência central para os usos sociais descritos acima. Também a criação de ovelhas e cabras para a produção de lã passou por um enorme crescimento sob o gerenciamento do templo, novamente graças à tecnologia (o tear) e à exploração social (mulheres e crianças escravas concentradas em fábricas do templo). A administração de uma economia baseada em transferências desiguais de produto, rações e serviços gerou a escrita. Instrumentos já disponíveis (sinais, selos, vedações de argila) foram coordenados para produzir selos circulares de argila que nós chamamos de *bullae*, depois tabletes “numéricos”, e finalmente os verdadeiros tabletes de argila com números e ícones logográficos para os vários itens a serem registrados. Os “textos arcaicos” oriundas da cidade de Uruk (níveis IV-III) atestam a organização de escribas, escolas e arquivos. A transição da Idade do Cobre tardia (equivalente à cultura Ubaid na Mesopotâmia) para a economia urbana primitiva em cerca de 4 mil a. C. ocorreu ao lado do repentino crescimento no tamanho e na estrutura da cidade e dos templos. No que tange às cidades, a transição de pequenas aldeias e povoados do período Ubaid (medindo um hectare ou 2.47 acres em tamanho) para cidades muradas tal como Uruk (70 hectares ou 172.9 acres) é bastante impressionante. Dentro das cidades, os pequenos santuários do período Ubaid, os quais eram devotados apenas ao uso cultural, tornaram-se grandes edifícios incluindo lojas e armazéns ao lado do santuário do deus, assim como apartamentos para o clero e funcionários. As mudanças sociais foram também importantes: além de comunidades rurais, baseadas em estruturas familiares e autogoverno comunal, um classe dirigente emergiu como a premissa necessária, mas também como resultado, da administração centralizada da economia.

A cultura Uruk é assim chamada por conta das descobertas arqueológicas no sítio. Em Uruk, todo o complexo de Eanna (com o adjacente templo de Anu) foi escavado, enquanto que os níveis contemporâneos em outros sítios da Baixa

Mesopotâmia mal foram tocados pelas escavações. O único outro centro importante do mesmo período nas terras baixas é Susa, no Khuzistão iraniano. A impressão de que Uruk poderia ter sido o mais importante centro é possivelmente correta, na medida em que é corroborada por memórias preservadas na literatura mitológica e épica tardia da Suméria.

O papel proeminente do templo no período Uruk era o resultado óbvio das relações fortemente desiguais que a complexa estrutura do estado primitivo introduziu na sociedade. A elite poderia explorar com sucesso a população rural somente por convencê-la de que seu trabalho tinha intenção de sustentar o deus, sua casa, e suas propriedades. Uma mobilização religiosa foi necessário de modo a manter as relações desiguais efetivas e duráveis. Nenhuma coação puramente física poderia ter sido efetiva, mas a coação ideológica tornava a exploração tolerável. A liderança sacerdotal também teve o efeito de privar os grupos de parentesco de seu papel e frustrou suas ambições por prestígio; os sacerdotes moviam toda a comunidade na direção do gerenciamento impessoal.

Fora da área central, a cultura Uruk se disseminou por uma ampla periferia por meio dos vários tipos de colônias e entrepostos. A Alta Mesopotâmia foi colonizada ao longo tanto do Eufrates (em Habuba Kabira e Jebel Aruda) quanto do Tigre (em Nínive), assim como na Jazira síria (em Hamoukar e Tell Brak). As colônias mais remotas se localizavam ao longo das rotas de acesso às terras altas da Anatólia (em Samsat e Hassek Hoyuk) e no planalto iraniano (em Godin Tepe).

Importantes cidades locais foram também influenciadas pela cultura Uruk em seu desenvolvimento autônomo (Arslan Tepe é o sítio melhor conhecido deste tipo). Comércio e acesso aos recursos das terras altas (cobre e madeira na Anatólia, estanho e pedras semipreciosas no Iran) foram provavelmente os fatores principais para a dispersão das colônias Uruk, e o resultante “sistemas regional” trazia diferentes ecossistemas e tradições culturais em relacionamentos recíprocos. Durante o mesmo período, a civilização do Egito protodinástico passou por um processo similar de formação do estado e urbanização, mas permaneceu separada da civilização mesopotâmica, exceto por contatos isolados.

O colapso do sistema inteiro veio abruptamente no início do terceiro milênio. A maioria das colônias foi abandonada na Alta Mesopotâmia e nas

montanhas. A destruição do complexo do período Uruk em Arslan Tepe é realmente impressionante, e o sepultamento de um chefe transcaucasiano no topo das ruínas pode sugerir o papel dos pastores montanheses como responsáveis pelo desastre. Mas a crise também é visível na Baixa Mesopotâmia sem qualquer intrusão do norte, de modo que podemos duvidar se os nômades foram o fator primário no colapso; eles podem ter se aproveitado de uma crise estrutural interna. Em todo caso, o horizonte unitário do período Uruk foi seguido pela emergência de várias culturas locais: a cultura Jemdet Nasr na Baixa Mesopotâmia, a Protoelamita em Susiana, a ninivita V na Alta Mesopotâmia, e outras na Anatólia Oriental e no Irã. Todas elas são caracterizadas pelo declínio da vida urbana nos vales dos rios, ou mesmo pela total reversão ao modo de vida aldeão na periferia. O “primeiro ciclo de urbanização” havia chegado ao fim.

A “Segunda Urbanização”, c. 2800-2000 a.C.

O novo ciclo de urbanização abrangeu um horizonte maior e foi baseada em raízes mais profundas na sociedade. As culturas urbanas disseminaram-se novamente a partir da Baixa Mesopotâmia no período chamado de Proto-dinástico, cerca de 2800-2350 a.C., para incluir a Alta Mesopotâmia, o Levante, a Anatólia e o Elã. A disseminação da cultura cuneiforme na maioria destas regiões, exceto Anatólia e Palestina, torna as interconexões mais visíveis. As áreas adjacentes também passaram por um processo similar de crescimento e consolidação no Egito do Reino Antigo, na civilização Harappan primitiva no vale do Indo, no nordeste do Irã e na Ásia Central. Todas estas áreas estavam conectadas por contatos de comércio e por fertilização cultural recíproca.

O tamanho maior da área envolvida e a disseminação da escrita tornou a diversidade étnica muito mais clara do que no período anterior. A Baixa Mesopotâmia abrigou dois grupos linguísticos diferentes: os sumérios prevaleceram no sul, ou Suméria, e os semitas no norte, ou Acádia. Os dois grupos, embora coexistindo nas mesmas comunidades políticas, diferiam não somente na linguagem e outros traços culturais (por exemplo, o estilo das artes figurativas) mas também em características sociais e políticas básicas. A herança da cidade-templo foi característica da Suméria, enquanto na área semítica a

influência dos grupos de parentesco e tribos pastoris era mais visível. Na Alta Mesopotâmia, a população predominante era hurrita, e na Susiana e Anshan, o tardio Fars, era elamita. Na Síria um estágio inicial dos dialéticos semíticos norte-ocidentais tardios era representado pelo eblaita. Para a Anatólia nós não temos evidência direta, mas a análise de línguas tardias e nomes pessoais nos faz crer que a área era habitada por hititas e outros povos não-indoeuropeus.

A típica comunidade política era a cidade-estado na região densamente habitada das planícies, a provavelmente algum tipo de estado “étnico” entre os montanheses e os habitantes das estepes.

No sul sumério, a cidade-estado era basicamente uma “cidade-templo” como já descrito no período Uruk, embora o palácio real tenha adquirido um papel político separado, deixando para os templos o papel de agências de gestão da economia em adição ao seu papel cultural. O líder da cidade no sul era usualmente um “rei-sacerdote” (e n), ou um “administrador da cidade” (e n s i), a ideologia deixando o papel de verdadeiro soberano para o deus da cidade. A cidade templo era em teoria a propriedade do deus, e era na prática um estado centrado na cidade que dominava uma paisagem rural de entre 10 a 20 km ou 6 a 12 milhas de raio. As principais cidades-estados sumérias do período foram Ur, cujo “cemitério real” fornece a mais brilhante imagem de riqueza e artesanato, Uruk, Eridu, Umma, Lagash, Adab e Shuruppak. Entre o sul sumério e o norte acadiano, a cidade de Nippur exerceu um papel especial como sede da divindade principal do panteão sumério, Enlil - um papel de fornecer legitimidade política aos reis que detinham a cidade e de um símbolo para a unidade cultural da Suméria na teoria de que apenas um rei poderia ser soberano por vez. Em um estágio inicial de desenvolvimento, no Período Proto-dinástico II, uma “liga” de cidades sumérias parece ter exercido um importante papel político. Mais frequentemente, competição por terras cultiváveis poderiam desencadear guerras entre cidades vizinhas, e a longa guerra entre Lagash e Umma no Período Proto-Dinástico III é bem conhecido a partir de inscrições reais de Lagash. Mas o equilíbrio entre as várias cidades-estados parece ter sido resistente às turbulências.

Na área da Acádia, cidades-estados como Eshnunna ou Akshak parecem ter compartilhado o modelo sulista. Mas a mais importante cidade, Kish, foi formada de modo diferente, com uma clara primazia do palácio sobre o templo,

um território maior, um rei guerreiro (l u g a l, “grande homem”), e uma clara intenção expansionista. É possível que alguma etnicidade tenha tido algum influência na geração dos dois modelos diferentes, mas certamente a base ecológica e econômica foi também um fator. No norte o pastoralismo era mais importante, e a agricultura era menos dependente da irrigação, com sistemas locais de campos quadrados prevalecendo sobre os conjuntos de campos alongados geridos pelos templos no sul. O modelo modificado também se espalhou para a Alta Mesopotâmia: ao longo do médio Tigre (em Assur) e do médio Eufrates (em Mari), em Jazira (em Tell Brak/Nagar e outros centros), e na Síria (em Ebla).

Vários arquivos administrativos tem sido recuperados, tanto no sul (Ur arcaica no Dinástico Primitivo II, c. 2700-2600 a.C.; Fara no Dinástico Primitivo IIIa, c. 2600-2450 a.C.; e especialmente Lagash no Dinástico Primitivo IIIb, c. 2450-2350 a.C.), e mais recentemente no norte (Mari, Tell Beydar) e na Síria (Ebla, c. 2500-2350 a.C.). Os dois maiores arquivos, Lagash e Ebla, têm sido corretamente contrastados como representantes de diferentes sistemas sócioeconômicos. De fato, a economia de Lagash era gerenciada através de um sistema de templos, por uma classe de administradores sacerdotais, e foi em sua maior parte baseada na agricultura intensiva. Ebla foi gerenciada pelo palácio, com um importante papel deixado para os representantes dos grupos de parentesco e comunidade local, a foi baseada na produção mista (agrícola e pastoril) e no comércio de longa distância de metais e tecidos. Os templos em Ebla eram devotados a atividades cultuais e redistribuição cerimonial, mas nada comparado à redistribuição administrativa dos templos sumérios.

A competição entre as várias redes de comércio era um fator importante. Fora o comércio local nos mercados e feiras da cidade, o comércio de longa distância era especialmente importante nas cidades localizadas entre os vales dos rios e suas periferias das quais a maior parte das matérias-primas vinham: Susa fazendo comércio com o planalto iraniano, Assur com o Alto Tigre e a Anatólia, Abarsal com o Alto Eufrates, Mari e Ebla com a Síria. Comércio era realizado via caravanas de burros por mercadores dependentes e financiados por agências centrais. Relações entre os mercadores e o palácio ou o templo eram de tipo “administrativo”, com preços fixos e um sistemas de contas anuais,

o valor dos bens importados sendo medidos em função dos bens confiados. Mas quando fora da área de controle da agência central, os mercadores eram livres para negociar visando o lucro, e poderiam também usar seu dinheiro para empréstimos a juros e empréstimos com garantias pessoais. A competição nas redes de comércio era um fator nas lutas entre as mais importantes cidades-estados, especialmente durante a fase final do Proto-dinástico III. Em alguns casos, a competição era resolvida por um acordo e pela delimitação das respectivas redes, como no tratado entre Ebla e Abarsal; em outros casos, pelo recurso à guerra, como entre Mari e Ebla. A ascensão de uma nova comunidade política na Mesopotâmia Central, Acádia como herdeira de Kish, trouxe uma série de guerras destrutivas. Algumas delas, sob o primeiro governante de Akkad, Sargão (2335-2279 a.C.), pretendiam conquistar o sul sumério e dar origem ao primeiro Estado regional que incluiu a inteira Baixa Mesopotâmia. Depois disso, mais guerras pretenderam conquistar o controle de toda a rede de comércio, e foram direcionadas contra Susa (rede iraniana), Mari e Ebla, ambas destruídas por Naram-Sin (2254-2218 a.C.), o mais importante rei de Acádia. Os monumentos e inscrições celebrativos dos reis de Acádia foram a expressão de uma nova ideia de realeza “heróica” e de um controle territorial ampliado. A deificação de Naram-Sin claramente contrastava com a antiga ideologia suméria do líder urbano como representante administrativo do deus. Lendas e composições épicas posteriores, enquanto reservavam a Sargão a imagem de rei pio e vitorioso, culparam Naram-Sin por húbri e desastre.

A dinastia de Acádia não sobreviveu por muito tempo, e o declínio começou após Naram-Sin. Um fator maior foi a pressão dos nômades externos, tanto dos montanheses (gutianos e lulubi nas montanhas Zagros) quanto as tribos da estepe (os martu, mais conhecidos como amoritas). A arqueologia também fornece um quadro de declínio das esplêndidas civilizações da Idade do Bronze Inicial, na Anatólia, no Levante, no Irã e na área do Golfo. Nós temos a impressão de que a “segunda urbanização” atingiu seu pico em c. 2300 a.C., e então começou seu rápido declínio. As intrusões massivas de gutianos (cerca de 2200) e de martu (c. 2000 a.C.) na Baixa e Média Mesopotâmia foram parte deste cenário. No Egito, a fragmentada ordem sócio-política do primeiro “Período Intermediário” foi mais ou menos contemporânea. No Levante, o chamado “Período Intermediário” (Bronze Inicial/Médio) mostrou um quadro

arqueológico dominado pelo pastoralismo e declínio da vida urbana. Como sempre, a periferia foi afetada mais decisivamente, enquanto que o centro principal de urbanização, na Baixa Mesopotâmia, pôde resistir melhor aos problemas.

O último século do terceiro milênio, quando a crise já havia avançado nas áreas periféricas, foi dominado nos vales dos rios pela Terceira Dinastia de Ur (2112-2004 a.C.), a qual representou a mais eficiente e estável organização estatal que a Mesopotâmia jamais experimentou, nas épocas anteriores ou posteriores. Em um curto período, sob Ur-Nammu, Shulgi, Amar-Sin e Shu-Sin, os reis de Ur foram capazes de revitalizar a cultura e a ideologia religiosa suméria, e de estender o modelo da cidade-templo para uma região mais ampla na qual as antigas cidades-estados foram transformadas em províncias. Ao invés de monumentos celebrativos, eles deixaram templos, incluindo as famosas torres-templárias ou zigurates, canais de irrigação e muralhas defensivas. Eles unificaram preços e medidas dentro de seu reino, e proveram-no com um código de leis e um cadastro fundiário.

Eles produziram um registro burocrático da economia uniforme e eficiente com os mais detalhados procedimentos de contabilidade: estimativas de safra antes da colheita, estimativas de crescimento de rebanhos e manadas, contas equilibradas para mercadores, tudo baseado em convenções administrativas e taxas fixas. A literatura cultural e os hinos reais floresceram durante o “renascimento neossumério”, enquanto que cidades e campos no centro império floresceram em paz e ordem.

Entretanto, o efeito de problemas externos não poderiam ser evitados eternamente. Apesar de várias expedições realizadas em Subartu (Alta Mesopotâmia) e no sopé da cordilheira de Zagros, e apesar da “muralha martu” erigida do Tigre ao Eufrates de modo a parar, ou ao menos checar, a infiltração de nômades semitas ocidentais, os martu finalmente conseguiram penetrar em número substancial na Mesopotâmia, possivelmente expulsos de sua terra natal na estepe síria por uma mudança climática desfavorável.

Os martu conquistaram e saquearam todas as províncias, e Ur foi deixada sem rendas ou proteção. A capital foi finalmente sitiada e conquistada pelos elamitas. O nome do último rei de Ur, Ibbi-Sin, permaneceu nos manuais de presságios babilônicos como símbolo de desastre.

O "Sistema Regional", c. 2000-1200 a.C.

O ciclo da “Terceira Urbanização” foi bastante longo (c. 2000–1200 a.C.) e incluiu os períodos do Bronze Médio e do Bronze Tardio, na terminologia arqueológica, aplicados ao Levante e à Anatólia; estes períodos seguiram-se sem nenhuma ruptura óbvia. O cenário geográfico era mais vasto se comparado ao ciclo anterior, mas enquanto algumas áreas permaneceram prósperas durante todo o período (Egito desde o Reino Médio até Reino Novo; as civilizações do Egeu desde os primeiros palácios minóicos até o período micênico), outras passaram por um declínio evidente próximo da metade do segundo milênio (as civilizações do Vale do Indo e da Ásia central).

Esse declínio – do Bronze Médio para o Bronze Tardio – em quantidade e distribuição de assentamentos (uma representação óbvia para as estimativas demográficas) também afetou algumas áreas dentro do Oriente Próximo. Na Síria e na Alta Mesopotâmia grandes assentamentos nas terras semiáridas foram abandonados, e a população concentrou-se nas áreas melhor providas de água das chuvas ou rios, de modo que uma tendência de seca de longo prazo pode ser suspeita de ser responsável por estes desenvolvimentos gerais.

Em contraste com a “Segunda Urbanização”, a qual foi claramente centrada na Baixa Mesopotâmia como área de origem das características culturais básicas e também como o lugar dos principais poderes políticos, a “Terceira Urbanização” foi muito mais multicêntrica e equilibrada em níveis tecnológicos, na organização sociopolítica e no poder militar. O papel da Síria e da Alta Mesopotâmia, e eventualmente também uma área montanhosa como a Anatólia, tornou-se proeminente, marcando a mudança de um regime monocêntrico com contraste claro entre centro e periferia para um “sistema regional” de comunidades políticas “pares” em competição e interação. A antiga periferia tornou-se parte do sistema interno, montanhas e estepe foram totalmente integrados na troca multidirecional de recursos, e povos previamente consideradas bárbaros tornaram-se parceiros aceitos.

Todo o sistema, que se estende desde o Egito e do Egeu a oeste, até o Elam e o Golfo no leste, fundiu-se em meia dúzia de estados regionais. Iniciado a partir de uma fragmentação acentuada bem no início do período, um processo de unificação ocorreu durante o período do Bronze Médio (c. de 2000–1600

a.C.), atingindo sua forma final durante o período do Bronze Tardio (c. 1600–1200 a.C.). Os estados regionais (a extensão dos quais variou entre 200,000 e 500,000 km², ou entre 77,220 e 193,050 milhas quadradas, aproximadamente o tamanho da Grã Bretanha ao da França) eram: Egito, o reino hitita na Anatólia, o estado hurrita de Mitani e depois o reino médio assírio na Alta Mesopotâmia, a Babilônia cassita na Baixa Mesopotâmia, e o Elam na planície iraniana.

As comunidades políticas menores foram anexadas ou integradas a poderes maiores de duas formas, ou anexação direta ou governo indireto. Em algumas áreas, sobretudo nos vales dos rios, os antigos reinos independentes foram anexados como províncias do reino conquistador. Esse processo foi evidente na Baixa Mesopotâmia e culminou na anexação pela Babilônia de Hammurabi (1792–1750 a.C.) dos reinos rivais de Eshnunna e Larsa, o qual havia previamente anexado Isin e Uruk, e Mari. A Assíria também desenvolveu-se de um cidade-estado (Assur) para um poder regional, estruturado em uma série de províncias, e finalmente (nos séculos XIV e XIII a.C.) englobou toda a Alta Mesopotâmia. Na Anatólia central, uma série de cidades-estados concorrentes (séculos XIX e XVIII a.C.) foram unificadas pelo Antigo Reino Hitita (século XVII a.C.). Em outras áreas da Síria, Palestina, Sul e Oeste da Anatólia, as terras montanhosas da Armênia e as comunidades políticas da cordilheira do Zagros, sejam eles reinos formais nas áreas urbanizadas ou chefias nas colinas, permaneceram autônomos, mas não independentes, tornando-se vassalos de poderes maiores, ou seja, do Egito na Palestina e no sul da Síria, de Mittani e depois de Hatti na Síria setentrional, e de Hatti no Anatólia oriental. A extensão dos reinos locais variava de pequenas cidades-estados na Palestina e na costa do Líbano (cerca de 2,000 km² ou 772 milhas quadradas) a cidades-estados maiores na Síria e na Anatólia (cerca de 6,000 km² ou 2,316 milhas quadradas).

Os líderes dos estados regionais concebiam as relações políticas como baseadas em uma hierarquia de “grandes reis” (os poderes regionais) e “pequenos reis” (as cidades-estados locais), sendo os últimos “servos” dos primeiros, seus “mestres”. Em alguns casos, especialmente sob domínio de mitanita ou hitita, tratados formais foram exigidos a fim de definir claramente as obrigações das duas partes, basicamente um dever de lealdade de um rei

vassalo para o seu mestre, e a proteção do mestre para o seu vassalo. Tratados também eram escritos a fim de regular problemas específicos de fronteiras, refugiados e compensação. O Egito não se envolveu em controle militar direto, apenas exigindo um juramento de lealdade de seus vassalos. Tratados entre grandes reis eram raros: tratados entre Hatti e Kizzuwatna, no sudeste da Anatólia, eram formalmente recíprocos, mas mascaravam uma relação desigual. Apenas o tratado entre o rei hitita Hatusilli e o faraó egípcio Ramsés II (c. 1270 a.C.) foi realmente concebido em termos de igualdade.

Relações diplomáticas dentro e entre os estados regionais foram melhor documentadas quando importantes arquivos foram preservados. Esse foi o caso especialmente da “Idade de Mari” (século XVII a.C.) para a Alta Mesopotâmia, e da “Idade de Amarna” (século XIV a.C.) para o Levante. Mas os arquivos hititas e médio-assírios também fornecem informações relevantes. A língua diplomática das cartas e tratados do período era o babilônio, e a escrita cuneiforme também era usada na maior parte da área para registros judiciais e administrativos internos. Intérpretes, mensageiros, e embaixadores realizavam missões diplomáticas, as quais eram baseadas no intercâmbio de mensagens, de presentes e de mulheres.

As cartas deveriam expressar “fraternidade”, atitudes amigáveis, desejos de boa saúde para os parceiros e informações sobre a boa saúde do remetente, e em um nível formal a troca de saudações era a mensagem mais importante. As cartas eram normalmente acompanhadas de presentes, a fim de expressar generosidade e de agradar o outro rei. Tanto dar quanto receber presentes aumentava o prestígio aos olhos dos reis e do público. A ideologia do presente baseado no desinteresse e no retorno de presentes mais valiosos foi formalmente expressa, mas, na verdade, contrariada por barganhas miseráveis e cobiça óbvia.

Os presentes eram apenas a ponta do iceberg quando comparados aos intercâmbio comerciais normais. Foi calculado que o maior montante de cobre enviado como presente do rei de Chipre para o faraó equivalia a apenas 5% do cobre encontrado em uma única carga em um naufrágio na costa da Turquia. E nós sabemos por documentos comerciais paleoassírios que um presente de 5% foi requerido por reis anatólios para permitir que os mercadores assírios praticassem suas atividades comerciais no reino. É claro, presentes eram

personalizados e tinham uma finalidade social ou política, enquanto o comércio era movido pelo lucro, de modo a obter recursos não disponíveis localmente. Em ambos os casos, o ouro vinha do Egito, o cobre do Chipre, estanho e lápis lazuli do distante Afeganistão, enquanto os tecidos na sua maioria viajavam das áreas urbanas para a periferia.

Procedimentos comerciais foram bem atestados nos arquivos de mercadores paleoassírios encontrados em Kültepe, antiga Kanesh, na Anatólia Central no século XIX d.C. Estes foram os registros comerciais mais detalhados de todo o mundo antigo – similares por sua relevância para o nosso entendimento de comércio aos documentos do genizah do Cairo para o comércio levantino nos tempos medievais³. Os arquivos de Kanesh foram únicos, mas a quantidade e modalidades de comércio que eles revelam devem ter sido similares em muitos outros casos também. Os mercadores assírios, organizados em empresas familiares e movendo-se com caravanas de burros, exportavam tecidos produzidos em Assur ou na Babilônia e estanho do Irã e recebiam em troca prata para reinvestir em mais tecidos e estanho, e seus grandes lucros cobriam amplamente as taxas e os riscos.

A troca de mulheres foi bastante importante no nível político. Nós sabemos de dois sistemas diferentes, um centralizado e outro recíproco. A circulação centralizada de mulheres foi atestado nos Arquivos de Mari e também no reino Hitita. O grande rei dava suas filhas em casamento aos pequenos reis vassalos a fim de aumentar sua lealdade e assegurar o trono local a um descendente do grande rei. O faraó egípcio usava o sistema centralizado inversamente, exigindo mulheres de vassalos do Levante e de grandes reis asiáticos, mas nunca oferecendo suas filhas a eles, apenas para aumentar o seu próprio prestígio. O sistema recíproco era amplamente praticado por reis asiáticos, dando e recebendo filhas para e de reis vizinhos – um sistema conhecido através de todo o período, mas melhor documentado nos arquivos de Amarna e dos Hititas. Além das esposas, profissionais incluindo artistas, escribas, doutores e mágicos também circulavam nos palácios reais do período do Bronze Tardio, aumentando a fertilização recíproca na esfera cultural.

³ N.T. Os fragmentos encontrados no depósito (*genizah*) da sinagoga de Ben Erza, no Cairo (Egito), incluem textos escritos entre os séculos IX-XIX d.C., em particular documentos comerciais que demonstram a intensa atividade comercial mediterrânica, contrariando a tese de um “fechamento comercial” do Mediterrâneo na Idade Média, como proposta por Henri Pirenne em *Maomé e Carlos Magno* (1937).

Dentro de vários reinos, a ideologia política e as medidas socioeconômicas relacionadas sofreram uma notável mudança do período do Bronze Médio para o do Bronze Tardio. Na primeira fase, a característica mais evidente foi o paternalismo, isto é, a visão do rei como um “bom pastor” para seu povo, atento às necessidades de seus súditos, e interessado por sua vez em obter consentimento de uma grande população livre fora dos limites do círculo palaciano. A atitude paternalista se relaciona possivelmente à origem tribal de muitas dinastias reais da Mesopotâmia e da Síria, as quais eram descendentes dos invasores amoritas da virada do milênio. Em qualquer caso, a atitude materializou-se em códigos de leis (o famoso Código de Hammurabi é apenas o maior e mais bem preservado de uma série de outros) e em éditos reais regulamentando a remissão de dívidas, desse modo resultando na libertação de devedores escravizados e na restituição de terras as famílias.

Próximo da metade do segundo milênio, a atitude se desloca para um modelo diferente de realeza. Também nesse caso é possível que a nova ideologia estivesse ligada à proeminência dos povos das colinas como os cassitas, os hurritas e os hititas, mas ainda mais diretamente ligada às mudanças tecnológicas. A introdução do cavalo e da carruagem de duas rodas como a mais importante máquina de guerra mudou não apenas as táticas de guerra, mas também as relações sociopolíticas. A nova aristocracia dos carros de guerra (as *maryannu*) poderia condicionar o comportamento dos reis, dando origem a uma atitude “heroica” em que o prestígio do rei era baseado em seus méritos pessoais, mais do que em justiça e tradição, e isso também levou a relações socioeconômicas mais tensas. Os éditos reais de remissão de dívidas não eram mais proclamados, a escravidão por dívidas aumentou, propriedades de terras foram concentradas nas mãos dos credores, e o suporte básico para o rei não era mais a população livre, mas os círculos palacianos e a aristocracia guerreira.

As relações socioeconômicas já tinham sofrido uma importante mudança no início do segundo milênio, quando trabalhadores sob corvéia (trabalho forçado), usados amplamente durante o Bronze Recente, foram substituídos por trabalhadores contratados. Obviamente, o sistema de corveia era baseado na existência de comunidades aldeãs substanciais, enquanto a mão de obra contratada veio de uma grande quantidade de camponeses despossuídos. No entanto, durante o Bronze Médio, a ideia de que famílias livres tinham o direito

de manter suas terras ancestrais, e indivíduos tinham o direito de manter seu status de liberdade, ainda era bastante forte. Os éditos reais refletiam essa ideia. A terra poderia ser vendida apenas para parentes, a fim de permanecer na família; os filhos tinham o direito de herdar as terras da família que muitas vezes os irmãos cultivavam juntos. A crescente prática da adoção enfraqueceu o sistema tradicional ao [fazer com que fosse possível] aceitar o comprador estrangeiro na família, a fim de passar por cima das veneráveis regras e tradições sobre não vender terra fora da família. No Bronze Tardio, como um efeito da nova ideologia, a herança tornou-se algo para ser merecida e ganha, a propriedade poderia ser vendida fora da família, a hierarquia dos irmãos tornou-se inefetiva, e o número de pessoas sem posses cresceu.

O crescente rigor socioeconômico, junto ao declínio demográfico e agrícola de longa duração devido à piora climática no cinto semiárido e à deterioração do sistema de irrigação nos vales fluviais, foi a condição prévia para a crise final da Idade do Bronze. Isso culminou em um choque externo, a invasão dos “Povos do Mar” no início do século XII a.C.. Os invasores, de origem mediterrânea, destruíram o Egeu, a Anatólia e as cidades costeiras do Levante, e alcançaram o Delta egípcio por volta de 1180 a.C.. Alguns anos depois os invasores Frígios na Anatólia central, onde o reino Hitita colapsou completamente, alcançaram a área do Alto Tigre. Um movimento paralelo tomou lugar na costa sul do Mar Mediterrâneo, onde as tribos Líbias moveram-se da região do Saara para invadir o Vale do Nilo. Todos esses movimentos, provavelmente causados por uma acentuada seca climática por volta de 1200 a.C., mudaram drasticamente o sistema político e urbano na área oeste do Eufrates. Os antigos poderes regionais do Hatti e do Egito desapareceram, a vida na cidade e as dinastias reais locais permaneceram em apenas alguns casos na costa fenícia e em alguns reinos neohittitas, e o espaço foi deixado para intrusos de origem pastoril, os arameus e povos relacionados. Toda a ordem sociopolítica teve de ser construída novamente de acordo com diferentes linhas. A leste do Eufrates, em contraste, os poderes regionais da Assíria, da Babilônia e do Elam não foram afetados pelos invasores ocidentais, embora eles tenham sofrido pressão do Arameus, e foram capazes de continuar suas vidas ao longo das linhas tradicionais.

A Idade do Ferro Inicial, c. 1200-750 a.C.

A oeste do Eufrates, a grave crise do século XII a.C. teve que ser superada pelo aumento da base para atividades produtivas e consenso político. Vários aperfeiçoamentos tecnológicos foram eficazes para essa finalidade. O colapso das escolas escribais centradas no palácio abriu espaço para o surgimento do alfabeto do cinturão do Levante. Esse sistema de escrita era um instrumento muito mais acessível que produziu uma espécie de democratização da competência da escrita. A interrupção do comércio internacional de cobre e estanho tornou necessário recorrer à produção de ferro, para a qual a matéria-prima era mais difundida, e produzir ferro era mais fácil do que produzir bronze. Exploração agrícola estendeu-se à paisagens que eram marginais durante o período do Bronze Tardio: nas colinas, graças à derrubada de árvores e construção de terraços, e no cinturão árido, graça aos poços mais profundos e aos sistemas de captura de água de leitos secos de rios efêmeros (*wadi-bed*). A irrigação, anteriormente limitada às grandes planícies aluviais, também tornou-se um elemento nos vales montanhosos, por causa do *qanat* iraniano (canais subterrâneos de água artificiais), e nas áreas de contato montanha/deserto, por causa das enormes barragens do sul da Arábia. Grandes áreas de deserto foram abertas para uma frequentação e uso mais intensivos para a criação de camelos no planalto iraniano e na Ásia Central e dromedários no deserto sírio-árabe.

Outras mudanças ocorreram na área das relações socioeconômicas e sociopolíticas. Depois do colapso das cidades e dos palácios no Levante e na Anatólia e também na região do Egeu, a diferença entre pequenas cidades e vilas fortificadas tornou-se menos aparente. O maior tamanho das tribos pastoris gerou novas relações políticas baseadas na descendência comum, língua e religião - em contraste com as comunidades políticas da Idade do Bronze baseadas na dependência a um palácio real.

Dois tipos de política caracterizaram a metade ocidental do Oriente Próximo na Idade do Ferro: cidades-estados, herdeiras diretas dos “pequenos reinos” do Bronze Tardio, especialmente ao longo da costa, e estados étnicos, especialmente no cinturão árido dos arameus e povos relacionados e nas áreas

montanhosas dos frígios na Anatólia, e os medos e povos relacionados no Irã. As novas dinastias reais reservaram um papel político maior para corpos coletivos de anciões e assembleias que tinham previamente devotado seu tempo a assuntos judiciais. A ideologia real reverteu-se para um modelo “paternalista” enfatizando justiça e proteção das estruturas sociais baseadas no parentesco. Comércio e artesanato, previamente centrados nos palácios, foram deixados para as empresas livres ou firmas privadas ou individuais. Os estados independentes do Levante tornaram-se centros de uma vida artística e comercial vivaz.

A criação de camelos e dromedários e o paralelo aperfeiçoamento de técnicas náuticas ampliaram os horizontes do Mar Mediterrâneo, ao longo das rotas de caravanas da Síria ao centro e sul da Arábia, e do Zagros à Ásia central. Rotas comerciais eram centradas nas novas comunidades políticas, as cidades-estados da Fenícia e da Grécia, os estados étnicos da Média e da Arábia, e as rotas evitavam os tradicionais estados do Egito e da Mesopotâmia, os quais mantiveram seu lugar como áreas principais de concentração demográfica e principais mercados.

Os estados regionais sobreviventes experimentaram uma fase de declínio, mas foram capazes de alcançar um novo equilíbrio. No norte da Mesopotâmia, a Assíria teve de sofrer as invasões dos arameus e foi reduzida ao seu núcleo original nos séculos XII e XI a.C., mas manteve viva a ideia de que suas fronteiras teóricas eram aquelas uma vez alcançadas pelos reis médioassírios Tukulti-Ninurta I (1243-1207 a.C.) e Tiglate-Pileser I (1114-1076 a.C.) – isto é, da cordilheira de Zagros até o Eufrates. A reconquista ocupou os séculos X e IX a.C., com os reis assírios liderando campanhas militares dentro do território assírio, um processo que culminou com Assurnasirpal II (883-859 a.C.), o qual recuperou toda a área das antigas fronteiras e celebrou seu sucesso militar em anais de extensão sem precedentes. Assurnasirpal também foi importante como idealizador de uma nova capital, a cidade de Kalkhu, Calah na Bíblia, com um palácio decorado com impressionantes placas esculpidas.

Seu sucessor, Salmanaser III (858-824 a.C.), iniciou uma nova política de tipo “imperial”, invadindo outras regiões na Síria (as cidades-estados dos arameus), no sudeste da Anatólia (os estados neohititas), na Armênia (o novo reino de Urartu) e na cordilheira de Zagros (os estados étnicos em ascensão de

Mannea no noroeste do Irã e Média). Por um momento pareceu que ninguém poderia parar o crescimento da Assíria, nem as pequenas cidades-estados no Oeste, nem os estados étnicos no Norte, nem o enfraquecido reino babilônico no Sul. Mas o crescimento foi muito rápido, e a competição surgiu dentro da própria Assíria. Os principais governadores das províncias ocidentais tentaram adquirir uma posição de virtual independência. Meio século de fragmentação “feudal” interrompeu a expansão imperial, e os estados menores do oeste do Eufrates foram capazes de manter sua independência e restaurar o equilíbrio na área.

O caso da Babilônia foi diferente. Depois do fim da dinastia cassita, e depois do brilhante reino de Nabucodonosor I (1125-1104 a.C.), o reino sofreu saques dos elamitas e dos assírios e infiltrações nômades dos arameus ao longo do corredor entre o Tigre e o Zagro e depois também dos caldeus ao longo do Baixo Eufrates. Mas o problema principal foi o rompimento do sistema de irrigação, trazendo declínio demográfico e econômico. O poder central foi incapaz de seguir o modelo assírio e recuperar o controle de toda a área. Várias dinastias de origens diferentes, incluindo caldeias, estiveram no controle de partes limitadas da Baixa Mesopotâmia. Os intrusos arameus e caldeus não estabeleceram reinos independentes como na Síria, mas não foram subjugados como na Assíria, e tornaram-se componentes da cena política. Além Babilônia, o Elam era forte o suficiente para torna-se ator permanente nos assuntos da Mesopotâmia.

Em certo sentido, o destino da Babilônia foi similar ao do Egito. O Egito também foi incapaz tanto para rejeitar quanto para absorver os invasores líbios, e fragmentou-se em várias dinastias em sua maioria de origem Líbia. Ele foi ameaçado pela Núbia, que exerceu o mesmo papel que o Elam na Babilônia, e não foi mais um fator no cenário internacional.

Impérios, c. 750-330 a.C.

A situação mudou na metade do século VIII. O estado de fragmentação e equilíbrio foi quebrado por uma súbita expansão do único grande poder restante, a Assíria, ao longo das linhas indicadas por Salmanaser III, mas em uma escala mais ampla e com resultados mais estáveis. Tiglate-Pileser III (744-

727 a.C.) derrotou Urartu e seus aliados neohititas e conquistou grande parte da Síria e o Norte da Palestina. Então ele penetrou profundamente na Média, e então finalmente derrotou as tribos caldeias e se autoproclamou rei da Babilônia. O império foi organizado em pequenas províncias sem possibilidade de fragmentação “feudal”, e os aparatos celebrativos tanto de textos quanto de imagens proliferaram.

As fronteiras do império foram prolongadas sob domínio de Salmanaser V (726-722 a.C.), Sargão II (721-705 a.C.) e Senaqueribe (704-681 a.C.), mas de formas diferentes em várias direções. No Oeste, o Levante foi quase completamente anexado, exceto por alguns reinos pequenos e marginais, como Judá. Na Anatólia, os reinos neohititas também foram anexados, enquanto a tentativa de Sargão de conquistar o planalto central (Tabal, e depois a Capadócia) durou pouco. No Norte, Urartu foi derrotada mas permaneceu independente, e a tentativa de Sargão de estender os sistema provincial para a Média também foi breve. A Babilônia, que recuperou sua independência sob a liderança de Merodach-baladan, foi cenário de importantes lutas entre Assíria, Elam e os chefes caldeus, até Senaqueribe optar pela solução final de total destruição, que trouxe sérias reações por causa do prestígio religioso e cultural da cidade. As capitais assírias, a efêmera Dur Sharrukin, construída por Sargão, e Nínive, finalmente selecionada por Senaqueribe como metrópole do Império, foram adornadas com grandes palácios e refinadas esculturas.

Quando Esarhaddon (680-669 a.C.) tornou-se rei, a Assíria aparentemente não tinha rivais, e o sonho de um “império universal” tornou-se real; os esforços voltados para a expansão militar podiam cessar. As únicas comunidades políticas sobreviventes pertenciam a dois tipos distintos. Por um lado, três “grandes reinos” permaneceram independentes: Egito, Elam e Urartu. Por outro lado, as comunidades tribais das terras altas, os medos, e nas estepes áridas, os árabes, foram unificados em grandes confederações. A conquista dos grandes reinos era mais prestigiosa, e eles tornaram-se os principais alvos para Esarhaddon e para seu filho Assurbanipal (668-631 a.C.). O Egito foi conquistado, mas revelou-se impossível para a Assíria – com a logística da época – anexar uma região tão distante, ampla e populosa. O Elam foi conquistado e sua capital Susa destruída, mas isso permitiu o crescimento de um novo poder, a Pérsia, na mesma região.

Quanto aos medos e aos árabes, conquistá-los revelou-se impossível por causa de problemas de logística e porque eles não tinham uma estrutura política adequada para ser reutilizada como divisões provinciais do império. A ferramenta do juramento de fidelidade era portanto aplicada como um ato suficiente de subordinação. A periferia “étnica” do Império permaneceu basicamente independente e era vista como ideologicamente irrelevante do ponto de vista de um império baseado em palácios reais, centros urbanos, administração formal e economia agrícola.

O enorme palácio real de Esarhaddon e Assurbanipal em Nínive, os expansivos programas celebrativos na arquitetura, artes visuais e inscrições, e a ampliada corte real incluindo um grande número de oficiais, funcionários, astrólogos e escribas, eram suportados por uma economia que durante a fase de conquistas foi em parte baseada em saques e tributos. Mas durante a fase de paz imposta pelos assírios eles poderiam depender apenas da produção interna. Guerras, destruições e deportações tinham a intenção de quebrar as resistências locais e prover mão de obra abrindo grandes vazios na estrutura produtiva do império, e a tentativa de colonizar as terras marginais se provou inefetiva. O estabelecimento do Império foi baseado na destruição física e cultural das áreas anexadas; a manutenção do Império provou-se uma tarefa muito difícil para uma base produtiva tão exaurida.

Depois de Assurbanipal, vinte anos de guerra pela sucessão do trono foram suficientes para levar o império ao seu colapso final. O choque externo veio de duas direções diferentes. Os caldeus da Babilônia e os medos uniram suas forças para derrotar o Império, para destruir as capitais e para transformar o centro do mundo civilizado em uma terra arrasada. As duas potências conquistadoras eram bastante diferentes e exploraram sua vitória de formas distintas.

Os medos, herdeiros das tribos pastoris do Zagros que haviam sido atacadas e oprimidas por séculos pelo Império Assírio, colocaram toda sua enfurecida energia na destruição de Assur e Nínive. Eles próprios depois desapareceram da cena política, retornando a uma organização tribal e até mesmo abandonando centros cerimoniais construídos durante o período assírio. Eles estavam felizes o suficiente para exercer sua hegemonia sobre os povos das terras altas.

Os reis caldeus Nabopolassar (625-605 a.C.) e Nabucodonosor II (604-562 a.C.) herdaram as terras baixas e a parte urbanizada do Império, e basicamente herdaram as estratégias do Império Assírio. Eles conquistaram todo o Levante, incluindo Judá, e o cerco de Tiro e de Jerusalém ficaram famosos na historiografia posterior. Então eles derrotaram os egípcios, deportaram as populações vencidas e dedicaram a maior parte de seus recursos para reconstruir a capital Babilônia como a mais populosa e esplendida metrópole do período. Eles também tentaram restaurar a agricultura da Baixa Mesopotâmia a altos níveis de produtividade.

O mapa mental do “império universal”, entretanto, não era tão satisfatório na versão dos caldeus como havia sido na versão assíria. Além da Babilônia, o sistema político incluía um estado maior como o Egito (dinastia Saíta), um estado emergente como a Pérsia (herdeira do Elam), e os reinos anatólicos da Lídia, Tabal/Capadócia, Armênia e Khilakku/Cilícia. As confederações étnicas dos medos e dos árabes do norte não eram mais uma periferia externa, mas tornaram-se uma parte integral do sistema. Ainda mais distante, as cidades gregas e as cidades caravaneiras do sul da Arábia também tornaram-se cada vez mais ligadas através do comércio e do serviço militar mercenário ao mundo do Oriente Próximo. O sistema permaneceu em geral estável durante meio século, apesar dos medos terem incluído a Armênia e a Capadócia sob sua hegemonia, e o último rei da Babilônia (Nabonido, 555-539 a.C.) ter conquistado o norte da Arábia praticamente no final do período.

O período foi significativo de um ponto de vista cultural. É o núcleo da chamada “Era Axial”⁴, com a ascensão das religiões monoteístas do Judaísmo e do Zoroastrismo, a atividade de grandes profetas israelitas no exílio babilônico, e o desabrochar da civilização “arcaica” grega com os filósofos, poetas e artistas jônicos, e o período formativo das ideologias democráticas. É significativo que as maiores inovações tomaram lugar não na área dos estados tradicionais da Babilônia e do Egito, mas sim nos novos estados étnicos e cidades-estados, e que a mudança mais rápida tomou lugar no século de ruptura entre o declínio

⁴ N.T. Termo proposto pelo filósofo alemão Karl Jaspers para caracterizar o período entre 800 a.C. e 200 d.C., marcado pelo surgimento de grandes movimentos religiosos e filosóficos paralelos – que, segundo Jaspers, seriam fundadores do humanismo moderno – em regiões aparentemente sem conexão, como a China (confucionismo, taoísmo), Índia (hinduísmo, budismo, jainismo), Pérsia (zoroastrismo), Canaã (judaísmo), Grécia (filosofia, tragédia).

do Império Assírio iniciado aproximadamente em 630 e a consolidação do Império Pesa em aproximadamente 540 a.C..

O Império Persa da dinastia aquemênida não era herdeiro da frouxa Confederação Média, mas sim da tradição elamita. A Pérsia, em sua definição estrita, era virtualmente congruente como o Elam, e a administração persa em Persépolis usava a linguagem e a escrita elamita para seus arquivos. O Império foi fundado por Ciro II, chamado de o Grande, que derrotou os medos em 550 a.C., anexou grande parte do planalto iraniano, e então conquistou a Lídia em 547 a.C. e a Babilônia em 539 a.C., enquanto a data de anexação de Bactro e de Sogdiana, o “Irã exterior” da Ásia Central, permanece obscura. Seu sucessor Cambises anexou o Egito em 525 a.C., aproximando novamente o mapa mental do “império universal” ao mundo habitado de seu tempo.

A conquista da Babilônia marca o fim da história independente da Mesopotâmia, ao menos do ponto de vista político, uma vez que o centro de poder deslocou-se para o Irã. Entretanto, a base material da civilização permaneceu em grande medida inalterada. Nenhuma inovação técnica marcou o novo período, e a agricultura de irrigação babilônica floresceu espetacularmente na última parte do Período Caldeu e no início do Período Aquemênida sem nenhuma interrupção. Também a tradição cultural permaneceu inalterada durante o Período Persa. Os escribas babilônios continuaram a usar sua própria linguagem e escrita, e as divindades babilônicas ainda eram adoradas nos mesmo templos. Astrólogos continuaram registrando a posição das estrelas e eventos históricos de acordo com sua venerável tradição, e os textos literários, coleções de presságios e listas lexicográficas acadianas ainda eram copiadas nas escolas como antes.

O Império Persa foi em certo sentido uma síntese de diferentes tradições, dentre as quais a tradição babilônica era predominante. O Império herdou da Assíria a ideia mesma de império e as características básicas do aparato celebrativo. Herdou do Elam o sistema federal de governo, que havia sido típico dos povos iranianos por um longo tempo. E herdou da Média características importantes da vida de corte, e, provavelmente, a religião Zoroastrista. O império incluía as cidades-templos babilônicas e as cidades-estados fenícias como diferentes mas igualmente aceitáveis centros para gestão da economia. Em um nível simbólico, é significativo que a inscrição celebrativa de Dario I

(521-486 a.C.) foi escrita em três línguas diferentes, babilônico, elamita e a nova escrita persa, e que a sede da corte deslocava-se sazonalmente entre as cidades de Ecbátana, moderna Hamadã, e Persépolis, nas montanhas, e as cidades de Susa e Babilônia, nas planícies, como um reconhecimento formal do papel que as quatro regiões do Elam, Babilônia, Média e Pérsia exerceram na construção do Império.

Sob o comando de Dario I império expandiu-se ainda mais, para incluir o Vale do Indo no oriente, e a Jônia no ocidente, mas deixou os árabes e os citas em paz. O império oriental anexou finalmente toda a zona do Levante. O despotismo oriental prevaleceu sob as cidades-estados autônomas e sob as comunidades políticas étnicas. Na extrema periferia ocidental, na Grécia, entretanto, algumas pequenas cidades-estados ainda estava de fora. As expedições de Dario (490 a.C.) e de Xerxes (480 a.C.) tentaram eliminar aquela pequena anomalia e absorver o distinto e quase irrelevante apêndice do mundo do Oriente Próximo. Mas as coisas aconteceram de modo diferente do que os persas planejaram, e a luta entre o império universal e as últimas cidades-estados não apenas terminou em uma imprevisível rejeição dos persas, mas também gerou na mentes gregas, e depois europeias, a ideia de oposição entre Ocidente e Oriente, entre despotismo e democracia, escravidão e liberdade, mágica e racionalismo, e redistribuição e empreendimento, a qual marcou a história do mundo por muito milênios em diante.

LEITURAS COMPLEMENTARES

A abordagem histórica padrão para o Antigo Oriente Próximo é Edwards, Gadd e Hammond, *The Cambridge Ancient History*, vols. I.2 (1971), II.1 (1973), II.2 (1975), III.1 (1982) e III.2 (1992). Uma síntese recente do assunto pode ser encontrada em Kuhrt, *The Ancient Near East c. 3000–330 BC*, 2 vols (1995). Sobre a Mesopotâmia, a melhor introdução permanece sendo Oppenheim, *Ancient Mesopotamia* (1977).

Para um introdução temática ver Sasson, *Civilizations of the Ancient Near East*, 4 vols. (1995). Para discussões mais técnicas ver Ebeling et.al., *Reallexikon der Assyriologie und vorderasiatischen Archäologie* (1928-). Para a geografia e mapas históricos ver Röllig, *Tübinger Atlas des Vorderen Orients* (1977). Mais sintético é Roaf, *Cultural Atlas of Mesopotamia and the Ancient Near East* (1990).

Uma boa coleção de fontes é Pritchard (ed), *The Ancient Near East - An Anthology of Texts and Pictures* (1975).